

EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS NO ENSINO FUNDAMENTAL: Reflexões a partir do Estágio de Docência nas Séries Iniciais

SCHNEKEMBERG, Débora Reis¹

RESUMO

O presente artigo tem a intenção de resgatar o contexto da demanda social pelo respeito à cidadania, a justiça e a ética, problematizar algumas questões reais que vem tornando-se empecilho na vivência dos direitos humanos na educação escolar. Fazendo um recorte do ensino fundamental a partir da experiência vivida no estágio de docência, e levantar sucintamente desafios e possibilidades na organização do trabalho pedagógico em direitos humanos nas escolas.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Educação; Ensino Fundamental.

RESUMEN

El presente artículo pretende rescatar el contexto de la demanda social por respeto a la ciudadanía, la justicia y la ética, además de problematizar temas reales que se han convertido en un obstáculo en la experiencia de los derechos humanos en la educación escolar. Con base en estudios de la educación básica y a partir de la experiencia vivida en la etapa docente, el estudio busca plantear brevemente desafíos y posibilidades en la organización del trabajo pedagógico en derechos humanos en las escuelas.

palabras clave: derechos humanos; Educación; Enseñanza fundamental.

INTRODUÇÃO

A educação em direitos humanos, assim como a democracia, no Brasil e na América Latina já tem um considerável caminho percorrido junto aos estados, órgãos internacionais, sociedade civil organizada, movimentos sociais e iniciativas privadas. Este artigo é construído numa perspectiva de pensar os desafios e as possibilidades

¹ Pedagoga, Especialista em Gestão escolar integradora. Professora de Educação Infantil na Rede Municipal de Educação de Florianópolis, SC. E-mail: debschnekemberg@gmail.com

da organização do trabalho pedagógico em direitos humanos à luz das experiências da prática do estágio de docência no ensino fundamental, para tal faço num primeiro momento um breve resgate histórico contextualizando a demanda social por direitos humanos, principalmente por parte dos povos latino americanos. Em seguida, no segundo momento abordo o conceito de cidadania e o processo de democratização dessas sociedades. No terceiro momento relato as experiências vividas no estágio, problematizando a violação dos direitos das crianças. Por fim, no quarto momento trago alguns elementos essenciais para o trabalho pedagógico em direitos humanos nas escolas, elementos vistos como desafios e ao mesmo tempo possibilidades para atingirmos as finalidades dos direitos humanos no campo educacional.

DIREITOS HUMANOS E A DEMOCRATIZAÇÃO SOCIAL

A Sociedade brasileira, mundial e latino americana vêm se organizando, principalmente desde o início do Séc. XX, após a Segunda Guerra Mundial, a partir dos movimentos sociais, da sociedade civil organizada, dos órgãos governamentais e das instituições privadas, propondo ações que visam à garantia de direitos humanos invioláveis, fundamentados nos princípios de liberdade, dignidade, igualdade, justiça e paz, visando também a democratização dos Estados Nacionais Republicanos, como meio de garantir a efetiva convivência com os direitos humanos.

As necessidades da democratização dos Estados Republicanos emergem de uma história de luta pelo respeito aos Direitos Humanos ignorados no processo de construção dos Estados e ausentes em Estados de Regimes Autoritários, a exemplo do qual o Brasil passou no período de Ditadura Militar (1964-1985).

A Declaração Universal dos Direitos Humanos foi censurada pelo regime militar brasileiro. À época, tal decisão conferiu ao documento um caráter positivamente subversivo em sua tentativa de reconhecer o valor de cada indivíduo e de assegurar sua proteção frente ao Estado e às organizações sociais. (BRASIL, 2011, p.15)

No caso da América Latina, devido uma construção histórica comum entre os países, de colonização, exploração e expressivas desigualdades, muitas são as ações

feitas e a se fazer de reconhecimento e luta por garantia dos direitos humanos, a exemplo disso às últimas ações impulsionadas no Brasil, foram: a lei da Anistia que cria a Comissão Nacional da Verdade, Memória e Justiça, responsável por averiguar, esclarecer, reparar e tornar público os crimes e violações dos direitos humanos ocorridos durante o regime militar de 1964-1985; a lei Maria da Penha, reconhecendo os direitos humanos das Mulheres, objetivando enfrentar a violência e promover a igualdade de gênero; os Programas de Promoção a Igualdade Racial; os Programas Nacional, Estaduais e Municipais de Direitos Humanos; o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos; entre outras iniciativas.

Ações que foram possibilitadas legalmente somente a partir da Constituição Federal de 1988 que define o Brasil como um Estado Democrático de Direito, cujos fundamentos são a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa e o pluralismo político (BRASIL, 2003, p.9). Da qual, impulsionou também a criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, que trata dos principais direitos das crianças e adolescentes, agora entendidos como sujeitos de direitos e, a nossa última Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9394/96 – onde os anos em que passou em tramitação, refletem inclusive a resistência do estado neoliberal e os conflitos na construção de um projeto de redemocratização educacional, assim como garantia a “nova” constituição.

Vivemos atualmente, no Brasil e na América Latina, o período de (re)democratização, entendendo a democracia como um processo e não um fim. Processo este que segundo Sacavino (2003, p.37) é histórico, social e político, através do qual as instituições, as organizações, os grupos, os movimentos sociais etc. concretizam e plasmam na prática o valor da democracia.

CIDADANIA E EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS

Sacavino nos mostra que “quanto mais desenvolvida está a democracia, mais inclusiva e abrangente será a sociedade desde o ponto de vista da igualdade e vigência dos direitos, assim como do acesso à cidadania e à qualidade de vida” (2003, p.39).

Partindo da compreensão de que cidadãos são todas as pessoas que vivem numa democracia e nesta são entendidos como sujeitos de direitos e deveres, podemos assim, problematizar o conceito de cidadania como sendo a vivência real, concreta e livre da democracia, ou seja, da liberdade e da igualdade ao acesso, vivência e luta aos, dos e pelos seus direitos enquanto cidadã e cidadão.

Cidadãs e cidadãos cujas vivências históricas e sociais de exclusão, desigualdades, opressões e injustiças, num país em processo de democratização, vislumbram uma educação que os possibilitem o acesso aos seus direitos e a luta pelo reconhecimento de sua cidadania, sendo parte componente de sua dignidade.

A partir do histórico de construção de nossa sociedade e seus avanços jurídicos fica entendido e expresso, em diversos documentos, a educação como um direito humano inviolável de todas as pessoas. Direito este como nos mostra a Relatoria do Direito Humano à Educação, visto como um “instrumento que possibilita a expansão da autonomia e possibilita a reivindicação por outros direitos sociais e políticos” (CURITIBA, 2012, p.36).

De acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos,

A educação vem sendo entendida como uma das mediações fundamentais tanto para o acesso ao legado histórico dos Direitos Humanos, quanto para a compreensão de que a cultura dos Direitos Humanos é um dos alicerces para a mudança social (BRASIL, 2013, p.495)

A educação em direitos humanos tem como enfoque “orientar os diferentes processos educativos na perspectiva da construção de uma democracia participativa e popular, no âmbito formal ou informal”. (SACAVINO, 2003, p.43)

RELATO DE EXPERIÊNCIAS DA PRÁTICA DOCENTE E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS DAS CRIANÇAS

Segundo Benevides, educação em direitos humanos “é a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência dos valores da liberdade, da justiça, da igualdade, da solidariedade, da cooperação, da tolerância e da paz”. (BENEVIDES, 2007, p.1)

Vivência esta que garante a cidadania plena de todas as pessoas, sujeitos de direitos. Direitos estes que nas escolas/espacô formal de educação, como observado durante os períodos que passei realizando estágio em docência, numa turma de 2º ano do ensino fundamental de uma escola municipal de Curitiba, vivem constantemente sendo violados, poucas vezes socializados e discutidos entre os sujeitos de direitos, que são parte da comunidade escolar.

Durante os dias em que estive em sala de aula, num período de dois meses presenciei situações de reprodução da exclusão, das desigualdades e consequentemente da violação dos direitos das crianças, sujeitos dos quais em processo de construção social, numa escola onde sua marca é a interculturalidade. A realidade da vivência com diversas culturas, em um espaço relativamente pequeno é um fato, inclusive de grande potencial pedagógico e transformador. Neste espaço escolar fui instigada pela observação a problematizar questões como: reproduções de autoritarismo, preconceitos, violência institucional, exclusão cultural, social, econômica e a meritocracia, principalmente no que tange às relações de ensino-aprendizagem.

Situações essas que perpassam pelas condições de aprendizagem – havia, por exemplo, uma estudante vinda recentemente da China, esta criança nada ou pouquíssimo falava em português, não havia acompanhamento intencional e direcionado a esta criança, que passava maior parte de seu tempo escolar recortando folhas de seus cadernos; pelas dificuldades de aprendizagem, duas estudantes haviam sido diagnosticadas com dislexia, de uma turma com 24 crianças; e pelas dificuldades com algumas crianças “subversivas”, cujas quais ainda não tiveram seus corpos docilizados, as quais comumente ouviam por parte das professoras de educação física e de ciências expressões verbais como: “você é muito inconveniente”; “ainda não sabe ler e nem escrever? também não presta a atenção”; “vou apagar e vai fazer tudo de novo”; “na sala de aula, eu que mando, não me interrompam”; “vou te prender ali, juro que vou te amarrar”; “vocês não entendem a letra da música, mas tem que cantar bonito, porque seus pais entendem e eles vão se emocionar”.

A partir dessas angústias, inquietações e das orientações durante o estágio, me fez presente e real a necessidade de propor uma intervenção a qual o principal objetivo era o de empoderar esses sujeitos de direitos, no caso as crianças, individual

e coletivamente, pois foi possível perceber que além de violados direitos relativos à educação garantidos na LDB 9394/96, também eram violados seus direitos enquanto crianças – sujeitos de direito, numa diversidade de infâncias presente naquela escola, naquela sala de aula, assim como garante o Estatuto da Criança e do Adolescente 8069/90.

Para construção e realização de tal projeto busquei garantir o trabalho da temática a partir dos documentos oficiais que fundamentam os conteúdos trabalhados em sala de aula, como as Diretrizes Nacionais da Educação Básica, as Diretrizes Municipais do Ensino Fundamental, o cadernos temáticos de História do município de Curitiba, assim como a LDB, o ECA e a CF 88 e, ainda o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos.

Este projeto, de curto desenvolvimento devido a programação do estágio de docência, teve como objetivos principais:

Construir e fortalecer as identidades infantis; socializar e discutir sobre os direitos humanos e das crianças; refletir sobre o compromisso da solidariedade; problematizar dois dos principais direitos das crianças descritos no ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente): Do direito à Liberdade, ao Respeito e à Dignidade; Do direito à Educação, à Cultura ao Esporte e ao Lazer. (SCHNEKEMBERG, 2013, p.3)

Essa experiência me possibilitou maior envolvimento do debate sobre Educação em Direitos Humanos e o esforço de construir uma proposta pedagógica escolar onde nela se reproduz uma cultura de cidadania, de paz e justiça e sejam superadas as desigualdades e opressões. Assim como nos traz no documento das DCN para a Educação em Direitos Humanos, “uma educação que se comprometa com a superação do racismo, sexism, homofobia e outras formas de discriminação correlatas e que promova a cultura da paz e se posicione contra toda e qualquer forma de violência”. (BRASIL, 2013, p.496)

DESAFIOS E POSSIBILIDADES NA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO PEDAGÓGICO EM DIREITOS HUMANOS NAS ESCOLAS

Não podemos ignorar a quantidade e qualidade dos aparatos legais e de organizações sociais que vem gerando e fortalecendo a perspectiva da educação em direitos humanos, porém existem dificuldades que ao mesmo tempo são possibilidades, para efetiva construção dessa proposta educacional e social de vivência plena da cidadania, são elas: a formação de professoras e professores; e a democratização da escola.

No que tange a formação de docente, Fernandes & Paludeto (2010, p.10) pontuam a necessidade de perceber os profissionais de educação como mobilizadores de processos pessoais e grupais de natureza cultural e social. Muitos destes desconhecem as discussões e diretrizes que norteiam o trabalho pedagógico em direitos humanos.

Segundos os estudos recentes “foi possível constatar que é ainda tímida a introdução da temática dos direitos humanos na formação de professores e educadores em geral, na formação inicial e continuada”. (CANDAU, 2003, p.99)

No que se refere a democratização da escola, nos mostra Paulo Freire que “a democratização da escola não é puro epifenômeno, resultado mecânico da transformação da sociedade global, mas fator também de mudança”. (FREIRE, 1983, p.58) Fica claro a necessidade de que a proposta político pedagógica desta escola deve valorizar dimensões de participação e tomadas de decisões coletivas, incluindo os estudantes, além da problematização dos conteúdos e da metodologia.

A necessidade é que se compreenda a problemática dos direitos humanos como algo capaz de impregnar todo o processo educativo, questionar as diferentes práticas desenvolvidas na escola, desde a seleção dos conteúdos até os problemas de organização escolar. (FERNANDES; PADULETO, 2010, p.10)

O resgate da função pedagógica dos Conselhos Escolares, por exemplo, seria um meio viável e emergente para a construção e vivência da gestão democrática nas escolas. Pois este órgão composto pela comunidade local e escolar, junto a administração da mesma, tem por função tomar decisões coletivas nas áreas administrativa, financeira e político-pedagógica. Sua função é essencialmente político-pedagógica, “é política, na medida em que estabelece as transformações desejáveis

na prática educativa escolar. E é pedagógica, pois indica os mecanismos necessários para que essa transformação realmente aconteça". (MEC/SEB, 2004, p.23)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Campo Educacional, muitas são as dificuldades para se forjar uma educação que valorize, reconheça e busque construir os Direitos humanos para tanto é necessário reconhecer os avanços sociais, fortalecer a formação dos profissionais da educação com o fim da democratização social e da escola.

É necessário compreender que a transformação social perpassa pelo jurídico, mas é essencialmente ética. As experiências nos mostram o quanto à educação é excludente e reproduz a violação dos direitos humanos, mas afinal de onde partir para transformar essa realidade? Um artigo não seria capaz de responder, o que se pode concluir é que as nossas práticas pedagógicas necessitam urgentemente estarem a serviço dos direitos humanos, da solidariedade, da justiça social, da equidade, da democracia e da ética.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BENEVIDES, Maria Vitória. **Educação em Direitos Humanos: Do que se trata?** Revisão da autora feita em abril de 2007, a partir de textos e palestras feitas no âmbito do Programa de Educação em Direitos Humanos na FEUSP. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Etica/9_benevides.pdf Acesso em 13 de novembro de 2013.

BRASIL. Módulo 3: Direitos Humanos. In: **Programa Ética e Cidadania**: construindo valores na escola e na sociedade: inclusão e exclusão social/organização FAFE – Fundação de Apoio à Faculdade de Educação (USP) , equipe de elaboração Ulisses F. Araújo [et al.]. – Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2007. 4 v.

BRASIL. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos** / coordenação de Herbert Borges Paes de Barros e Simone Ambros Pereira; colaboração de Luciana dos Reis Mendes Amorim [et al.]. — Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/spddh/pnedh.pdf> Acesso em 29 de novembro de 2013.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. In: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/ Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. – Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. P.495-513

BRASIL. Justiça de Transição: manual da América Latina. Coordenação de Félix Reátegui. – Brasília: Comissão da Anistia, Ministério da Justiça; Nova Iorque: Centro Internacional para Justiça de Transição, 2011.

BRASIL. Conselho Escolar e a aprendizagem na escola. In: Programa Nacional de Fortalecimento dos Conselhos Escolares /Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2004.

BRASIL. Estatuto da Criança e do Adolescente, 1990. Edição: FAS.

CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). Educar em Direitos Humanos: construir democracia. Rio de Janeiro: DP&A, 2003, 2^a ed.

CURITIBA. Cadernos Pedagógicos - História. Cidade do Conhecimento. Disponível em:

<http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/index.php?subcan=106> Acesso em 21 de novembro de 2013.

CURITIBA. Diretrizes Curriculares. Cidade do Conhecimento. Disponível em: <http://www.cidadedoconhecimento.org.br/cidadedoconhecimento/downloads/arquivo/s/4261/download4261.pdf> Acesso em 21 de novembro de 2013.

CURITIBA. Relatoria do Direito Humano à Educação. In: Relatoria em Direitos Humanos: fortalecimento de uma cultura de direitos no Brasil. Curitiba: Plataforma Dhesca Brasil, 2012, p.36-49.

FERNANDES, Angela V.; PADULETO, Melina C. Educação e Direitos Humanos: desafios para a escola contemporânea. 2010 In: Caderno de Textos do XVI FONEPE - Paraná, Curitiba, 2013.

LUZ, Nanci S. da. Direitos Humanos das Mulheres e a Lei Maria da Penha. In: Igualdade na Diversidade: enfrentando o sexismo e a homofobia. CASAGRANDE, Lindamir S. [et.al].- 1^a Ed. Curitiba: Ed. UTFPR, 2011. P. 19-45.

MENDONÇA, Erasto Fortes. Estado Patrimonial e Gestão Democrática no Ensino Público no Brasil. In: Educação & Sociedade [online], ano XXII, no 75, Agosto/2001. P.84-108. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0101-73302001000200007&script=sci_arttext Acesso em 13 de novembro de 2013.

SCHNEKEMBERG, Débora R. **Projeto “Infâncias, Crianças e Direitos”**. Projeto de Intervenção produzido na disciplina de Estágio em Docência nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Curitiba: Pedagogia UFPR, 2013.